



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Confúcio Moura

REQUERIMENTO Nº DE - CE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de avaliar os impactos nas contas das prefeituras estaduais e municipais em decorrência do reajuste do piso dos professores da educação básica.

Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante Representante Da frente Nacional dos Prefeitos;
- representante Representante do Ministério da Educação;
- representante Representante da Confederação Nacional dos Municípios;
- representante Representante do Ministério Público;
- representante Representante do Sindicato dos Profe.

JUSTIFICAÇÃO

Estados e municípios são responsáveis por pagar os salários de quase a totalidade dos professores da educação básica. Dessa forma, autoridades estão preocupadas e alertam para os riscos fiscais e jurídicos em torno da medida de reajuste como foi aprovada. Afirmam que as finanças municipais não suportam os reajustes no atual cenário de incertezas que vive o Brasil. Registram a necessidade de se governar combinando sensibilidade social e responsabilidade fiscal. Segundo o representante da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), "Diferentemente da União, os entes subnacionais não podem se endividar para pagar salários. O reajuste de



33,24% no piso desequilibrará as contas públicas, podendo levar ao colapso nos serviços essenciais, à inadimplência e a atrasos de salários".

Sala da Comissão, 17 de fevereiro de 2022.

Senador Confúcio Moura
(MDB - RO)

Senador Marcelo Castro
(MDB - PI)



SF/22284.58310-07 (LexEdit)